

ARTIGOS

Soraia Moh'd Khalil Salameh

Ahmad^I

Sibele Vasconcellos de Oliveira^{II}

Fronteira da Paz, dos intercâmbios e das oportunidades para o comércio árabe

The Frontier of Peace, exchange and opportunities for arab trade

RESUMO:


A integração econômica das regiões fronteiriças tem demonstrado ser importante vetor de desenvolvimento regional, haja vista as oportunidades de aprendizado, trabalho e renda que geram. O extenso território em limites de fronteira do Brasil abriga experiências de intercâmbios econômicos e socioculturais, tais como ocorre na Fronteira da Paz. Nesse sentido, o presente estudo dedica-se a analisar as particularidades institucionais e econômicas influentes sobre os processos de desenvolvimento e integração regional. Em especial, busca-se identificar as oportunidades transfronteiriças para o comércio de origem árabe na região denominada de Fronteira da Paz, delimitada pelos municípios de Santana do Livramento (Brasil, BR) e Rivera (Uruguai, UY). A técnica de pesquisa adotada foi revisão bibliográfica. Identificou-se que os governos de Santana do Livramento e Rivera implementaram diferentes ações com vistas à promoção da integração econômica e cultural de ambas as cidades, tais como as ações paradiplomáticas e os esforços para consolidação da zona franca. Destarte, a Fronteira da Paz tem se constituído em um espaço de oportunidades, sobretudo para os imigrantes árabes. Por sua vez, o comércio de origem árabe tem realizado contribuições para processo de desenvolvimento regional, uma vez que tem gerado mecanismos propagadores de emprego e renda em um contexto de significativas vulnerabilidades socioeconômicas.


ABSTRACT:

The economic integration of border regions has proven to be an important vector of regional development, given the opportunities for learning, work and income they generate. The extensive territory on Brazil's border limits hosts experiences of economic and socio-cultural exchanges, such as occurs in the Border of Peace. In this sense, the present study is dedicated to analyzing the institutional and economic particularities that influence the processes of development and regional integration. In particular, the aim is to identify cross-border opportunities for trade of Arab origin in the region known as the Frontier of Peace, delimited by the municipalities of Santana do Livramento (Brazil, BR) and Rivera (Uruguay, UY). The research technique adopted was a bibliographic review. It was identified that the governments of Santana do Livramento and Rivera implemented different actions with a view to promoting the economic and cultural integration of both cities, such as paradiplomatic actions and efforts to consolidate the free zone. Therefore, the Peace Frontier has become a space of opportunities, especially for Arab immigrants. In turn, trade of Arab origin has made contributions to the regional development process, as it has generated mechanisms that propagate employment and income in a context of significant socioeconomic vulnerabilities.

Palavras-chave: Zonas Francas; Comércio; Migração árabe

Keywords: Free Zones; Business; Arab migrants

^I Graduada em Ciências Econômicas, Mestranda, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.
soraia.khalil98@gmail.com,  <https://orcid.org/0000-0002-8171-3699>

^{II} Graduada em Ciências Econômicas, Licencianda em Matemática, Mestra, Professora, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.
sibele.oliveira@ufsm.br,  <https://orcid.org/0000-0002-0394-0984>

INTRODUÇÃO

Uma das principais características da economia globalizada são os intercâmbios que empresas, instituições e países realizam, seja de conhecimento, tecnologia ou trocas culturais e comerciais. Dentre as benesses do aumento da integração econômica estão o crescimento do comércio exterior, a diversificação dos mercados e a ampliação da competitividade internacional (MIYAZAKI, 1996).

No âmbito das relações econômicas internacionais, definem-se diferentes graus de aprofundamento da integração econômica, tais como a formação de áreas de livre comércio, a união tarifária, o mercado comum, a união econômica e a integração econômica completa (SANTOS; MIYAZAKI, 2013). Em especial, a América Latina protagonizou diferentes iniciativas para consolidar a integração econômica, a exemplo do tratado do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que foi planejado com o intuito de promover o crescimento econômico, ao passo que reúne forças para que os países membros se insiram no sistema econômico internacional (SEITEFUNS, 1992).

A eliminação de barreiras alfandegárias, o estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC), um imposto único cobrado sobre as mercadorias comercializadas, entre outros, são exemplos de estratégias previstas a serem imple-

mentadas ao longo da consolidação do mercado comum. Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai foram fundadores do MERCOSUL em 1991, sendo que mais tarde se tornaram associados ao bloco comercial países como o Chile, Equador, Colômbia, Guiana, Peru e Suriname (PELLEGRINO, 1995; PATARRA, 1997).

Santos e Miyazaki (2013) ressaltam que, embora o MERCOSUL tenha sido criado como Mercado Comum, o estágio de integração atingido pelos países é o de União Aduaneira imperfeita¹. Da mesma forma, a coordenação de políticas econômicas e a eliminação das exceções na zona de livre comércio são objetivos ainda não atingidos nestas três décadas de existência do grupo (BRICEÑO-RUIZ, 2021). Briceño-Ruiz (2021) cita que, no período mais recente, são recorrentes medidas unilaterais e/ou bilaterais, o que tem gerado diversas assimetrias ao interior do bloco.

A despeito dos limites ao desenvolvimento do MERCOSUL, Gräf e Azevedo (2013) evidenciam que o Brasil é o principal promotor da integração regional. Por meio de diversos instrumentos de política externa, o Brasil protagoniza condutas e institucionalidades que extrapolam a agenda comercial, seja pela atuação dos entes nacional ou subnacionais (MARIANO; MENEZES, 2021).

Neste sentido, vale mencionar que as

cidades de fronteira realizam práticas cotidianas de integração fronteiriça como veículo de atendimento às demandas regionais e reconhecimento dos processos transfronteiriços. No Brasil, a fronteira comum se estende por 1.069 quilômetros e abriga expressivo contingente populacional (CÂMARA, 2020). Ao todo, 588 municípios, de onze diferentes estados, compartilham fronteiras com dez dos países da América do Sul (AIKES; RIZZOTTO, 2018).

As regiões de fronteiras constituem territórios de intensos fluxos migratórios, relações de produção, trocas materiais e simbólicas, entre outros. Por esta razão, as fronteiras são lócus de interações “entre o homem, a terra e a natureza, em um ordenamento territorial cuja síntese envolve as dimensões política, econômica, simbólica e cultural” (MENEGHEL et al., 2022 p. 494).

Dentre as cidades fronteiriças brasileiras, 32 são cidades gêmeas², cujas especificidades demarcam alta interação econômica e cultural. Para as autoras, esses locais enfrentam uma dualidade, porque são tanto espaços de controle quanto de integração: “espaço-laboratório, pois as circulações transfronteiriças decorrem fundamentalmente de relações de trabalho, estudo, consumo e acesso aos serviços públicos” (AIKES E RIZZOTTO, 2018, p. 2). Em particular, no estado do Rio Grande do Sul existem 196 municípios dentro da faixa de fronteira, situados a até 150

km da divisa (IBGE, 2019). Localizada na região da Campanha gaúcha, Santana do Livramento faz divisa com Rivera, município do Uruguai (UY). Ambos os municípios delimitam a dita Fronteira da Paz e são consideradas cidades gêmeas (CHRISTILLINO, 2010).

Ao início do século XIX, a Fronteira da Paz era dominada pelos conflitos militares e sua atividade econômica predominante era a pecuária. Já no final do século XIX, devido ao crescimento populacional urbano e o aumento das interações econômicas, ambas as cidades se desenvolveram tendo por força motriz o comércio. A posição geográfica da região fez com que a fronteira se tornasse um entreposto comercial entre as mercadorias brasileiras vindas de outras regiões do Rio Grande do Sul e as mercadorias importadas de Montevideo (SHÄFFER, 1993).

As oportunidades de trabalho e geração de renda permitiram com que a Fronteira da Paz atraísse diversos imigrantes, dentre os quais, citam-se os árabes. A presença de árabes nos municípios de Santana do Livramento e Rivera se faz notar tanto no comércio local quanto no comércio internacional que denota aquela fronteira, especialmente através dos *free-shops* (ALVES; CADONÁ, 2015). Conforme destacam Alves e Cadoná (2015, p. 72), “Seja andando pela rua, seja na loja de calçados que tem no caixa quadros com suratas (capítulos do Alcorão), seja

no supermercado que possui uma prateleira com produtos árabes e até mesmo nas conversas nas ruas”, a imigração árabe está no cotidiano da Fronteira da Paz.

Vale ressaltar que o primeiro fluxo migratório de árabes para a fronteira Santana do Livramento/Rivera data do final do século XIX e foi composto basicamente de sírio-libaneses. Em meados do século XX, a região recebeu imigrantes palestinos. Os árabes realizavam atividades diversas na região, incluindo o trabalho como mascates e no comércio local (ALVES; CADONÁ, 2015). Ahmad, Troian e Maciel (2023) lembram que os árabes têm sido responsáveis pela implementação de hotéis, restaurantes e supermercados na região, além disso, investiram em imóveis, meios de comunicação, entre outros.

Considerando a importância da atuação dos árabes nos municípios de Santana do Livramento e Rivera e suas contribuições para a valorização da Fronteira da Paz, questiona-se: Quais as particularidades institucionais e econômicas da Fronteira da Paz que são influentes sobre os processos de desenvolvimento do comércio de origem árabe na região? Particularmente, o presente estudo dedica-se a analisar as oportunidades transfronteiriças do comércio para os imigrantes árabes da Fronteira da Paz.

Para tanto, implementou-se a técnica de revisão bibliográfica, que é uma estratégia de

pesquisa que procura explicar e discutir um determinado assunto, tema ou problema. Utilizou-se como base livros, dissertações, teses, periódicos, revistas, dicionários, jornais e sites (GIL, 2022; MARTINS; THEÓPHILO, 2016). A técnica consiste em um levantamento bibliográfico por parte das pesquisadoras, diante do que já foi mencionado a respeito do seu tema de pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2009).

A redação do artigo está organizada em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção aborda acerca da formação econômica da Fronteira da Paz. A terceira seção discorre sobre a integração econômica e transfronteiriça na Fronteira da Paz. A seção seguinte, a quarta, discute acerca do comércio de origem árabe na região. Por fim, na quinta seção são dadas as considerações finais do presente estudo, seguido das referências utilizadas.

FORMAÇÃO ECONÔMICA DE RIVERA E SANTANA DO LIVRAMENTO: DO PROTAGONISMO DO CAMPO À EMERGÊNCIA PUJANTE DO COMÉRCIO

Rivera conta com uma área de 9.370 km², correspondente a 5,31% da área total do Uruguai (UY). A população do município, segundo dados da Uruguai Statistic (2022), é de 65.506 habitantes. O município apresenta clima subtropical

úmido, ambiente mais quente e chuvoso que a média nacional. Segundo Goulart, Misoczky e Flores (2017), a economia de Rivera iniciou com a criação de gado. Na metade do século XX, contava com a implementação de indústrias trituradoras e de pasteurização.

Em 1936, foi declarada *Ciudad de Turismo*, devido à presença do Teatro Municipal, do Estádio Atilio Paiva Oliveira e do Parque Internacional. Em 1942, houve a inauguração do Hotel Casino, o que acabou contribuindo para a atração de turistas para a região. Já em 1986, foram exonerados os bens e mercadorias importados e comercializados na cidade, nesse aspecto, os *free-shops* transformaram Rivera em um dos mais importantes polos do turismo de compras, atraindo turistas de todos os Estados brasileiros (BETANCOUR et al., 1989).

Em um contexto mais atual, as principais atividades econômicas de Rivera estão relacionadas com a florestação, agricultura, pecuária, apicultura, viticultura, mineração, comércio e o turismo. Dentre essas atividades, segundo dados de 2014 do Observatório Território do Uruguai, a participação do comércio no Valor Agregado Bruto era de 19,2%, enquanto os setores primários e secundários apresentaram participação de 20,2% e 33,2%, respectivamente (DGDMA, 2017).

Segundo informações da DGDMA (2017), Rivera conta com mais de 178 mil hectares plan-

tados de florestação, na qual as principais espécies encontradas são Pinus com (39% do total), Mata Nativa (35% do total) e Eucalipto (24% da área total). Rivera concentra suas atividades na produção madeireira, que vem crescendo nos últimos anos, contando com três importantes empresas que plantam e processam a madeira. Destacam-se ainda, as atividades de mineração, plantação de tabaco e a produção leiteira.

Rivera possui uma significativa extração de metais preciosos, sendo essa atividade importante fonte de empregos para a região de Minas de Corrales, extraíndo anualmente cerca de 53.370 onças de ouro e 74.126 onças de prata. O município também se destaca como uma das regiões tabaqueiras mais importantes do mundo. Em relação à produção leiteira, a cidade conta com a Cooperativa Nacional de *Productores de Leche* (CONAPROLE), que foi estabelecida na região em 1983. A cooperativa é abastecida pela produção leiteira local (LADO, 2016; DGDMA, 2017).

Segundo dados da Intendência Departamental de Rivera (2017), a exploração da cultura do arroz tem destaque na agricultura, dada a boa condição do solo. Rivera conta com 2.300 hectares dedicados à sua produção que, por sua vez, é impulsionada por investimentos locais e provenientes do Brasil. Já em relação à pecuária, grande parte de sua superfície é dedicada à

criação de gado, com cerca de 588 mil cabeças de bovinos e 342 mil cabeças de ovinos (é o maior rebanho daquele país).

Rivera é um dos municípios que tem a maior produção de mel do Uruguai e, consequentemente, é a cidade que mais exporta mel, tendo como principais compradores os Estados Unidos da América e a Alemanha. Por sua vez, o setor da viticultura está em franco processo de desenvolvimento e crescimento na região. Favorecida pelo clima, o município conta com 49 hectares de plantação de uvas, extraíndo cerca de 170 toneladas do produto, contando com três bodegas de pequeno e médio porte que produzem vinhos reconhecidos no mercado (DGDMA, 2017).

Lado (2016) lembra que na região também são produzidos tijolos em 70 fornos, nos quais são localizados em assentamentos irregulares no entorno de Rivera. Sua produção é realizada por moradores locais que residem nesses assentamentos e que vivem em condições de vida precárias, o que os leva a se inserirem nessas atividades. Como a produção e a venda se dão em conjunto, isso favorece para obterem um preço mais baixo em relação ao resto do mercado.

De acordo com os dados da Intendência Departamental de Rivera (2017), o setor de comércio tem representado uma das principais atividades econômicas de Rivera, com destaque pa-

ra os *free-shops*, que são em sua maioria voltados ao público brasileiro, vindo em grande parte das cidades gaúchas próximas da fronteira com o Uruguai. Os *free-shops* foram criados por meio do decreto governamental número 222/86, de 23 de abril de 1986, que estabeleceu a isenção de impostos dos produtos importados, tendo como escopo aquecer e impulsionar a economia local. Atualmente, a quota de isenção fiscal para compras nos *free-shops* inclui o limite de gastos de US\$ 500 por pessoa para quem viaja de carro. Rivera conta com aproximadamente 50 *free-shops*, que juntos contribuem com cerca de 10% da economia do país. Além da contribuição direta para a economia de Rivera, os *free-shops* têm contribuído para a atração de turistas para Fronteira da Paz.

Cabe ressaltar que, na perspectiva de Lado (2016), o desenvolvimento do comércio, assim como do setor de serviços, está diretamente relacionado com as demandas vinculadas à condição de cidade de fronteira. Além do comércio, ganham destaque a rede hoteleira e os restaurantes que funcionam a partir da demanda de turistas brasileiros que visitam a cidade com o interesse de realizar suas compras nos *free-Shops*.

Apesar do dinamismo econômico, a cidade faz parte da região do Uruguai com um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano e econômico. Segundo dados do (OPP,

2020), 11,7% dos domicílios encontram-se em situação de pobreza, 50,4% é a taxa de pessoas ocupadas e 42% dos ocupados trabalham com informalidade. A taxa de subemprego, ou seja, de pessoas que trabalham menos de 40 horas semanais e desejam trabalhar mais, é de 10%.

Assim, a avaliação de diferentes indicadores socioeconômicos remete-nos à reflexão sobre os limites do processo de desenvolvimento de Rivera, haja vista a baixa industrialização e os poucos mecanismos implementados para agregação de valor local. Em suma, Rivera é uma cidade que depende fortemente do turismo de compras, o que acarreta em ciclos de crescimento e retração em sua economia devido às variações na taxa de câmbio na Fronteira da Paz (LADO, 2016).

Por sua vez, Santana do Livramento conta com uma área de 6.946,407 km², apresentando a segunda maior extensão territorial do estado do Rio Grande do Sul (RS). A população, segundo estimativas fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de 75.647 habitantes. Com relevo plano – de leves ondulações – e clima subtropical, Santana do Livramento passa por geadas no inverno, enquanto ocorre um clima quente e seco no verão (IBGE, 2022; MACIEL, 2022).

Aguiar e Medeiros (2010) apontam que no início do século XX Santana do Livramento

teve sua economia voltada às atividades relacionadas à pecuária, tendo destaque nas produções de lã e arroz. Conforme Shäffer (1993), no mesmo período, as atividades relacionadas às charqueadas também tiveram destaque. Em 1904, a construção da “Charqueada Livramento” ficou pronta e, além da preparação do charque, eram produzidos velas e sabão. No mesmo período surgiram também os primeiros lanifícios e o comércio de lã. As charqueadas e os lanifícios aproveitaram a estrutura produtiva da região e levaram Santana do Livramento a figurar dentre os polos de desenvolvimento regional (SILVA, 2014; HEYDT, 2016).

Em 1911, Santana do Livramento passou a contar com quatro charqueadas, tornando-se o município com o segundo maior centro de abate do Rio Grande do Sul (ALBORNOS, 2000). Entretanto, apesar do desfecho positivo que as atividades relacionadas às charqueadas apresentaram durante esse período, houveram fatores externos que contribuíram para seu declínio. Frente a aprovação da Lei Eusébio de Queirós³, uma das consequências foi a migração de inúmeros escravos que estavam envolvidos com as charqueadas. A migração ocorreu da região Sul do país e, consequentemente, de Santana do Livramento, tendo como destino as regiões centrais do Brasil (ALVES, 2018; AHMAD, 2021).

Ainda no início do século XX, por volta de

1916, já havia uma perspectiva de implementar uma empresa frigorífica de capital estrangeiro em Santana do Livramento. A escolha da região para implementação dos frigoríficos deu-se devido às possibilidades de investimentos lucrativos associados tanto à região da campanha gaúcha quanto ao Uruguai. Dentre as possibilidades, um dos atrativos era a abundância de gado presente nos campos locais, o que facilitava a aquisição da matéria-prima na Fronteira da Paz. Ademais, a localização geográfica do município facilitava a exportação da produção local para o porto de Montevideu através da via ferroviária, fator que foi decisivo na escolha da região para estabelecer os frigoríficos (SILVA, 2014). Outro fator que contribuiu para a escolha da região enquanto sede frigorífica foram as propostas de isenções de impostos. Enquanto o estado do Paraná e o de Santa Catarina, na tentativa de realizar uma negociação, ofereceram quatorze anos de isenção sobre o imposto de exportação de carne, o estado gaúcho anunciou que seu período de isenção total de todas as taxas de exportação seria de trinta anos, proposta que favoreceu a escolha do estado gaúcho para implementação dos frigoríficos (MANNIGN; LUSO, 1919; SILVA 2014).

Assim, em 27 de fevereiro de 1917 foi implementado o primeiro frigorífico de carnes e derivados e, mais tarde, em 1918, houve a inauguração do segundo frigorífico no município

(SHÄFFER, 1993; AHMAD, 2021). Em 1919 o frigorífico Armour empregava aproximadamente 1.000 funcionários, sendo 50% deles brasileiros, 40% uruguaios e 10% de outras origens, os quais nos três primeiros anos de funcionamento (1917, 1918 e 1919), ainda utilizando o antigo estabelecimento da Charqueada Livramento. Assim, deram continuidade a produção de charque, sebo, vela e carnes em conserva localmente.

Conforme Albornoz (2000), nas décadas seguintes, entre 1920 a 1950, a cidade de Santana do Livramento era a principal responsável pelo fornecimento de gado para o frigorífico Armour, fornecendo cerca de metade de seu estoque total. Segundo Silva (2014), em 1923, além da produção de carne bovina, o frigorífico passou a abater ovinos, aproximadamente 18.185 cabeças em dois anos. Em 1924, deu-se início ao abatimento de suínos e, a partir de 1925, o frigorífico abateu aproximadamente 14.434 suínos.

Ainda durante esse período, entre 1940 a 1945, foi registrado o melhor resultado anual de produção de carne, que ocorreu durante a 2ª Guerra Mundial (1939- 1945), na qual a exportação de carne aumentou devido à necessidade de alimentar as tropas que lutavam na Europa. A partir de 1945, a produção apresentou redução, registrando produção de 81.434 em média anual e, em 1950, reduziu ainda mais, terminando a década com produção estimada de

49.937 cabeças, tendo como principal motivo o fim da 2ª Guerra Mundial e o início das cooperativas de criadores de gado (SILVA, 2014). Com isso, em 1969 os frigoríficos Armour e Swift fundiram-se. No entanto, foi somente em 1972 que passaram a operar como Swift Armour S. A. Indústria e Comércio (SILVA; ADÃO, 2018).

Segundo Monteblanco (2013), após 1970, devido à crise que vinha se intensificando, as atividades relacionadas à indústria em Santana do Livramento passaram a declinar como resultado da queda nas exportações das mercadorias produzidas no município (AHMAD, 2021). Em 1989, a Swift Armour foi vendida para o Grupo Bordon, porém, frente à competição com as cooperativas formadas pelos proprietários na região da fronteira, a empresa acabou não prosperando. Somado à redução gradativa na produção, que ocorreu a partir do final da década de quarenta e que perdurou até 1990, ocorreu o fechamento da empresa no início da década de 1990, estabelecendo no município uma crise industrial (HEYDT, 2016). Durante seu período de funcionamento, o frigorífico Swift Armour foi responsável por parcela importante na industrialização do município e, junto ao poder político que detinha, ele também possuía o controle econômico da região. A empresa chegou a ser responsável por 85% da produção total do município, porém com o adendo de que era total-

mente financiada por capital externo (ALBORNOZ, 2000; SILVA, 2014; AHMAD, 2021). Logo, não há dúvidas de que a empresa representava para Santana do Livramento a mais importante indústria, sendo a única empresa grande instalada na região. O frigorífico impulsionou a economia local, através dos postos de empregos gerados e foi a principal fonte de receita dos cofres municipais, arrecadando cerca de 50% dos impostos totais do município. Além de beneficiar Santana do Livramento, sua instalação também impactou de forma positiva a cidade vizinha, Rivera, movimentando o comércio da região (FORTUNATO, 1943; SILVA, 2014).

Atualmente, além das atividades pecuárias (bovina e ovina) com produção de carne para os principais frigoríficos do Estado, Santana do Livramento tem como atividade econômica a agricultura, sendo voltada para a produção de arroz, soja, milho e trigo. Assim, o município caracteriza-se como produtor de *commodities* (HEYDT, 2016), apesar de estar expandindo a produção frutífera, com destaque para a vitivinicultura (FEE, 2018; MACIEL, 2022).

Com uma população rural de 7.308 habitantes, em 2018 Santana do Livramento contava com 2.965 propriedades rurais, 59.679 hectares plantados e 100% de área colhida, totalizando aproximadamente 170.000 milhões em produção agrícola (SEBRAE, 2019). Os principais alimentos

produzidos são soja, milho e trigo (ambos em grãos), arroz (em casca) e uva. O rebanho do município no mesmo período estava voltado para criação de bovinos, ovinos, galináceos, equinos, suínos, bubalinos, caprinos e codornas, com destaque para criação de bovinos (575.447) e ovinos (321.756).

Frente ao cenário de desindustrialização após o fechamento do Swift Armour, o comércio se tornou uma das principais atividades econômicas da Fronteira da Paz, com destaque para o comércio de importação e exportação. Para Ahmad e Troian (2022), o comércio tornou-se importante para o desenvolvimento da Fronteira da Paz, tendo em vista as possibilidades de geração de emprego e renda para sociedade local. As ocupações laborais no comércio são especialmente importantes frente ao contexto de vulnerabilidades locais. Em exemplo, em 2020 a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de apenas 20% em Santana do Livramento e o salário era, em média, de até dois salários mínimos. Por outro lado, 33,9% dos domicílios apresentavam rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa (IBGE, 2022). Em Rivera, foi registrado que a taxa de emprego da população que está inserida dentro do mercado de trabalho é de 50,4%, desse total, o setor primário emprega 20%, o setor secundário emprega 18%, enquanto o setor de serviços é re-

sponsável por 61% da ocupação da população empregada (LADO, 2016; OPP, 2020).

Os dados apresentados reforçam a importância do comércio para o processo de desenvolvimento da Fronteira da Paz. Em Santana do Livramento, o comércio tem apresentado 49% de participação na constituição do Produto Interno Bruto (PIB) do município, enquanto as atividades agropecuárias têm participação de 11%. A indústria de transformação participa em 5%, o setor de serviços participa em 3,2% e o ramo de construções civis participa em 2% (SEBRAE, 2019; AHMAD, 2021).

Em Rivera, o setor primário representa 34% das atividades produtivas, enquanto o setor secundário, relacionado com as atividades agropecuárias como empresas arrozeiras, madeireiras e de mineração, representa 12% do total das atividades produtivas. O setor de comércio e de serviços, por sua vez, tem maior participação no Valor Adicionado Bruto (VAB), representando 54% do total das atividades produtivas de Rivera (LADO, 2016).

Devido a sua posição geográfica e sua característica de zona franca, as atividades comerciais tem ganhado destaque na Fronteira da Paz. Essas particularidades tem atraído imigrantes árabes, os quais se estabelecem na região com o interesse de desenvolver suas atividades comerciais especialmente pela característica de zona

franca. A comunidade árabe enxergou possibilidades comerciais pré-existent na região. Por meio de suas atividades desenvolvidas no comércio, os árabes têm contribuído para o processo de desenvolvimento da Fronteira da Paz, sobretudo através da geração de emprego e de renda para a sociedade local (AHMAD; TROIAN, 2022). Visando entender os processos de desenvolvimento regional da Fronteira da Paz, a seção seguinte apresenta as principais características quanto a integração econômica e transfronteiriça na região.

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA, TRANSFRONTEIRIZAÇÃO E A FRONTEIRA DA PAZ

O fenômeno da transfronteirização ocorre quando as diferentes ações dos atores estatais e/ou privados superam os limites territoriais e acabam por fortalecer a integração supranacional (SANTO VOKS, 2021). Assim, a transfronteirização envolve um conjunto de processos de exploração e desenvolvimento de uma região de fronteira (AIKES; RIZZOTTO, 2020). Em contraponto de compreender que as fronteiras manifestam os limites da centralização estatal, assume-se as fronteiras como lócus de diferentes práticas de poder. Neste sentido, as fronteiras não são espaços problemáticos de dominação e de conflito,

mas espaços próprios de soberania, disciplinas e de gestão governamental (AVAREZ; SALLA, 2013).

Em processos de transfronteirização, os habitantes ocupam as fronteiras e as incorporam em suas estratégias de vida (AIKES; RIZZOTTO, 2020). Por esta razão as fronteiras entre países tendem a ser áreas privilegiadas no que diz respeito às mesclas culturais e, sobretudo, às atividades comerciais. Segundo o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (FDFF), existem cinco modelos de interações em regiões de fronteiras, a saber: margem, zona-tampão, frentes, capilar e sinapse. Quanto à margem, a população das duas cidades irmãs tem pouca troca entre si, suas relações são mais direcionadas ao nacional de cada país. Já a zona-tampão faz menção às regiões estratégicas, nas quais é restringido ou interditado o acesso a elas. As frentes referem-se a frentes pioneiras, noção associada a frentes de povoamento, sendo esse modelo utilizado também para conceituar as demais dinâmicas, como a frente cultural, seja a indígena ou a militar; capilar, na qual as interações ocorrem localmente, sendo incentivadas pelo Estado. Na sinapse, há presença de alto grau de trocas entre as cidades fronteiriças (ASSUMPÇÃO, 2014).

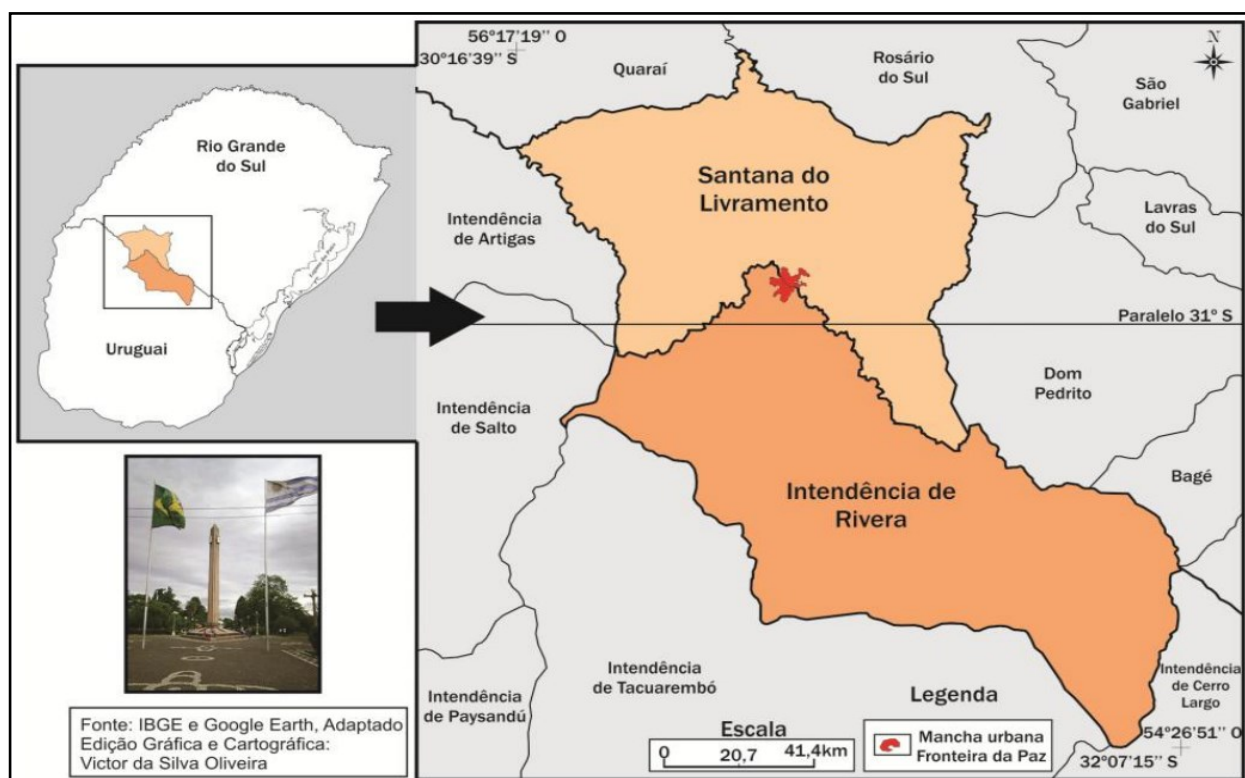
Dada a diversidade das regiões fronteiriças, cabe destacar que no Brasil algumas fronteiras são interligadas através de pontes con-

struídas sobre os rios que ligam os países, como ocorre nas fronteiras entre Quaraí/BR e Artigas/UY e entre Jaguarão/BR e Rio Branco/UY. Outras fronteiras são secas, sendo estas divididas apenas por uma linha imaginária que atravessa as avenidas municipais, guiadas por estruturas de demarcação denominadas como marcos. Estes são os casos da fronteira entre Chuí/BR e Chuy/UY e, também, da Fronteira da Paz, localizada ao Sul do país.

Cabe ressaltar que a Fronteira da Paz⁴ foi constituída a partir da fundação dos municípios de Santana do Livramento/BR e Rivera/UY. Este nome é resultado da cultura de integração surgida da convivência internacional pacífica de

ambos os povos (vide Figura 1). Em particular, a criação do município de Santana do Livramento deu-se em 30 de julho de 1823. Em 1857 houve o desmembramento de Santana do Livramento com o município de Alegrete. Dessa forma, Santana do Livramento passou a ser elevada à categoria de Vila, criando a sua própria câmara municipal. Em 1867, após a consolidação de Santana do Livramento, foi decidido pelo governo uruguaio a criação da cidade de Rivera, que em 1862 era reconhecida como *Vila de Ceballos*, a fim de marcar um ponto de referência da soberania do país (CAGGIANI, 1983; ALBORNOZ, 2000; POTOKO, 2013; HEYDT, 2016).

Figura 1 - Localização das cidades de Santana do Livramento/BR e Rivera/UY



Fonte: Marquette e Becker (2015, p. 82)

A demarcação da Fronteira da Paz ocorreu em 1856 através de uma negociação entre os representantes governamentais do Brasil e do Uruguai. Para delimitar seu território, foram escolhidos os trechos de Jaguarão-Chico, Aceguá-São Luiz até Serrilhada e Serrilhada até o arroio da invernada, na Coxilha do Haedo (CAGGIANI, 1983). Foram realizadas trocas de dois lotes de terras da mesma proporção entre os países, pois com o acordo estabelecido alguns brasileiros ficariam em território uruguaio, enquanto alguns uruguaios ficariam em solos brasileiro.

Outro importante fator para a demarcação da fronteira seca entre os municípios foi a proposta da criação do Parque Internacional, realizada em 1923, tendo como principal objetivo simbolizar a fronteira urbana entre Santana do Livramento e Rivera. Feita a proposta, a criação do parque ocorreu em 1943, propiciando a relação formal urbana da fronteira, ao eliminar a área vazia que diferenciava fisicamente os dois núcleos, desenvolvendo o espaço atual (SHÄFFER, 1993).

A região da Fronteira da Paz é marcada por um histórico de trocas e intercâmbio, o que acaba diferenciando-a das outras regiões fronteiriças, cuja falta de contato, via de regra, sobressai-se. Dessa forma, torna-se necessário examinar cada fronteira enquanto uma fronteira singular (ASSUMPÇÃO, 2014) A Fronteira da Paz,

em especial, se enquadra no modelo de sinapse. O modelo se refere à presença de alto grau de trocas entre as cidades fronteiriças. Esse tipo de interação recebe apoio dos Estados contíguos, que normalmente estabelecem em certos lugares de comunicação e trânsito uma infraestrutura especializada e operacional de suporte, assim como mecanismos de apoio ao intercâmbio e regulamentação de dinâmicas mercantis. Esse tipo de interação é caracterizado como tendo um cunho estrutural ou conjuntural (ASSUMPÇÃO, 2014).

Além da atuação dos Estados nacionais na promoção da integração BR-UY, evidencia-se a atuação dos entes subnacionais (governos municipais de Santana do Livramento e Rivera) em esforços de execução de paradiplomacias. A Paradiplomacia caracteriza-se pelo envolvimento dos governos subnacionais – estados federados ou municípios – na formulação de objetivos e metas de políticas externas próprias, em conjunto com os objetivos da República Federativa do Brasil mencionados na Constituição Federal de 1988.

Banzatto (2016) define a paradiplomacia como as formas autônomas e diretas de inserção internacional dos governos subnacionais, que passam a atuar para além das fronteiras soberanas em assuntos externos e que afetam sua jurisdição e seus interesses locais, sem que haja a

presença do governo federal atuando como mediador. A paradiplomacia tem por característica a funcionalidade e especificidade (BANZATTO, 2016).

Ademais, a paradiplomacia permite ações em diferentes níveis, com atores que estão imersos no meio internacional. Ou seja, a paradiplomacia é parte da ampliação do universo dos assuntos internacionais, em que os Estados não são mais os únicos atores. Dentro da paradiplomacia, os governos subnacionais podem estabelecer acordos de cooperação com empresas, sindicatos, movimentos sociais e organizações transnacionais, operando em redes de cooperação com demais interessados em uma mesma região (KEATINF, 1999).

São exemplos de ações de paradiplomacia, de acordo com Schimanski et al. (2022): o estabelecimento de secretarias para assuntos internacionais, de escritórios no exterior, assinatura de acordos e convênios com demais atores internacionais, cooperação internacional, participação municipal ou estadual em feiras e eventos internacionais de negócios, captação de recursos de estrangeiros, estabelecimento de vínculos com cidades-irmãs, intercâmbio de boas práticas de políticas públicas, entre outros. Aprigio (2016) aponta que a paradiplomacia pode ser compreendida como um fenômeno que envolve a relação entre diferentes níveis, como local, re-

gional e global.

Na Fronteira da Paz, dentre as ações de paradiplomacia adotadas pelos governos municipais, destaca-se o acordo de irmanação, firmado entre as cidades em benefício do intercâmbio cultural, artístico, turístico, científico, educacional, de mão-de-obra, comercial e econômico. Ainda, os agentes subnacionais (a Prefeitura de Santana do Livramento-BR e a prefeitura de Rivera-UY) já protagonizaram muitos acordos de cooperação internacionais, tais como a assinatura de acordos e convênios com demais atores Estaduais (Brasil e Uruguai), de forma a promover o estabelecimento de vínculos de interesses comuns entre as cidades, através de intercâmbios recíprocos que, por sua vez, criam laços entre diferentes sociedades e institucionalizam formas inovadoras de cooperação internacional (COLACRAI; ZUBELZÚ, 2004).

Em exemplo, o acordo de cidades-irmãs é uma possibilidade que as cidades possuem de promover suas relações internacionais. Além disso, cabe destacar também as políticas de cooperação binacional entre Brasil e Uruguai, que são voltadas para o desenvolvimento socioeconômico da região transfronteiriça. A partir da Nova Agenda para a Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço entre Brasil e Uruguai, destacam-se: a) o Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros

e Uruguaios; b) o Acordo sobre Cooperação Policial em Matéria de Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos; c) o Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Saúde na Fronteira e o Acordo para Criação de Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para o Credenciamento de Cursos Técnicos Bifronteiriços; entre outros (LEMOS; RÜCKERT, 2014).

Ademais, segundo Lemos (2010), a região fronteiriça possui algumas políticas de cooperação binacional, a saber: a) os encontros binacionais de Prefeitos e Intendentes, que são convocados pelos cônsules de ambos os países (os encontros tem como objetivo incentivar a cooperação local entre as prefeituras e intendências em regiões fronteiriças do Brasil e do Uruguai); b) o Centro de Controle Integrado de Migrações, localizado em Rivera, do qual fazem parte a Aduana Uruguiaia, a Receita Federal Brasileira, o Ministério da Defesa Uruguiaio, a Direção Nacional de Transportes Uruguiaia, o Ministério do Turismo Uruguiaio, a Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul e a Direção Nacional de Migração do Uruguai; entre outros.

Em relação aos aspectos comerciais, recebe destaque o Porto Seco Rodoviário de Santana do Livramento, instituído com a previsão de participação de órgãos políticos do Brasil e do Uru-

guai. A cooperação entre os governos do Brasil e do Uruguai está presente no sentido em que órgãos nacionais dos dois países cumprem o papel de fiscalização e controle integrado. Os portos secos consistem em ambientes alfandegados de uso público, localizados em zonas secundárias, nos quais são executadas operações de movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias e de bagagem, sob controle aduaneiro. São instalados, preferencialmente, adjacentes às regiões produtoras. A empresa que realiza esse serviço em Santana do Livramento é a Estação Aduaneira do Interior (EADI) Sul Terminal de Cargas Ltda. No Porto Seco Rodoviário de Sant'Ana do Livramento estão presentes a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Receita Federal do Brasil, a Aduana uruguiaia, o Ministério da Agricultura do Brasil e o Ministério da Agricultura do Uruguai (LEMOS, 2010).

Além disso, cabe mencionar o Tratado de amizade, Cooperação e Comércio, estabelecido em 1975, no qual um dos seus objetivos é fortalecer a integração entre ambos os países (Brasil-Uruguai), contribuindo para o desenvolvimento de suas economias no contexto de integração regional. Tendo como objetivo também fomentar a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, assim como incrementar as relações políticas, econômicas, comerciais, financeiras, cul-

turais, científicas e turísticas (PUCCI, 2010).

Quanto ao turismo, com a intenção de expandir as vantagens comerciais competitivas das cidades fronteiriças no Brasil, foi homologada a Lei 12.723/2012. A lei autoriza o estabelecimento de lojas francas em municípios contíguos da linha de fronteira do Brasil. No caso da Fronteira da Paz, a implementação das cidades gêmeas acabou permitindo que novas dinâmicas comerciais se evidenciassem na região (ALMEIDA et al., 2017). Paixão (2006) lembra que quando se planeja o turismo como possibilidade de desenvolvimento de regiões fronteiriças, deve haver um processo de integração entre dois ou mais territórios e/ou sociedades, sendo o turismo parte significativa do processo de integração.

Outrossim, vale perceber que no caso da Fronteira da Paz, a integração econômica ocorre principalmente através do livre comércio. A região é conhecida pela sua particularidade de zona franca. As zonas francas consistem em regiões isoladas e delimitadas dentro de um país, normalmente estão localizadas em um porto ou em suas adjacências, onde entram mercadorias tanto nacionais quanto estrangeiras, com o desvio de tarifas alfandegárias normais. As zonas francas são também conhecidas como zonas de livre comércio, por serem constituídas em espaços geográficos que são consideradas fora do território aduaneiro de um Estado no que diz re-

speito à cobrança de taxas e impostos de importação.

Teixeira (2013) ressalta que as zonas francas são criadas pelos governos com a intenção de favorecer o comércio, proporcionando um espaço de livre comércio, com menor regulamentação para operação das empresas, afim de estimular as trocas comerciais. Em alguns casos, essa característica de zona franca tem como objetivo acelerar o desenvolvimento regional (TEIXEIRA, 2013). A partir disso, as relações comerciais de ambas as cidades que constituem a fronteira são favorecidas, visto que, no âmbito econômico e/ou comercial, o processo de integração tem como objetivo aumentar o volume de mercado dos países que fazem parte dos acordos de integração (ALMEIDA, 2019).

Logo, um dos principais benefícios do livre comércio é a livre circulação de mercadorias. Frente a isso, o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Uruguai tem se fortalecido nos últimos anos, gerando benefícios para ambos os países. O Uruguai é considerado um importante parceiro do Brasil dentro do Mercosul, assim como o Brasil tem sido o maior importador dos produtos uruguaios (MESQUITA; GABRIEL, 2016). Dadas as oportunidades que o livre comércio gera, é comum que os fluxos migratórios perpassem o estabelecimento das cidades fronteiriças. Assim, a próxima seção discorre sobre a consolidação do

comércio de origem árabe na Fronteira da Paz, em esforços de identificação das particularidades socioeconômicas da Fronteira da Paz.

O COMÉRCIO DE ORIGEM ÁRABE NA FRONTEIRA DA PAZ

De forma geral, as regiões fronteiriças têm atraído imigrantes de diferentes locais, permitindo o intercâmbio de culturas e tradições. Nesse aspecto, as oportunidades de comércio em regiões de fronteiras constituíram-se num elemento importante de um processo de “interiorização” da imigração árabe a partir do final do século XIX e início do século XX. Foi dentro desse contexto que, no final do século XIX, os imigrantes árabes passaram a ir em direção à região Norte do Brasil, na condição de mascates (TRUZZI, 1997).

Segundo Rabossi (2007), muitos árabes migraram para as fronteiras com os países do Cone Sul (Argentina, Paraguai e Uruguai), em busca de explorar as oportunidades comerciais locais. Os árabes vinham da Síria, do Líbano, da Jordânia e da Palestina. O processo de interiorização dos árabes no Brasil foi iniciado com a migração para as regiões de fronteira de Foz de Iguaçu/BR e *Ciudad del Este*/PR, cujos limites territoriais comunhavam com a cidade de Puerto Iguazú/AR (RABOSSI, 2007).

As famílias árabes que se deslocaram de distintos países situados no Oriente Médio foram, geralmente, atraídas em direção às regiões de fronteira localizadas ao Sul do Brasil através do desejo em desenvolverem atividades comerciais nas regiões próximas ao Uruguai, Paraguai e Argentina. Assim, as regiões fronteiriças colocaram-se na história de expansão dos árabes no Sul do Brasil como regiões estratégicas. Além das possibilidades quanto às atividades no comércio local, os árabes abriram espaços para a comercialização de mercadorias brasileiras nos territórios dos países vizinhos (e vice-versa). Aproveitaram-se, sobretudo, da localização estratégica das fronteiras como espaços de desvios de tributos quanto às importações de mercadorias para comercializar em território brasileiro (JARDIM, 2000).

No Rio Grande do Sul, a imigração árabe ocorreu principalmente no final do século XIX e início do século XX, e se concentrou na região da Fronteira Oeste. Nessa região consolidou-se a Fronteira da Paz, onde as cidades vizinhas mantêm relações comerciais e culturais intensas. Na região, o comércio é uma das principais atividades econômicas, com diversos produtos sendo importados e exportados (FERES JUNIOR, 2004). Na Fronteira da Paz, a presença de árabes no comércio se faz notar tanto no comércio local quanto no comércio internacional que caracteriza a

fronteira (*free-shops*).

Devido às possibilidades de comércio, a região foi palco de importantes movimentos migratórios da comunidade árabe, que contribuíram para a formação da identidade cultural e étnica da região. Os imigrantes árabes que chegaram à Fronteira da Paz trouxeram consigo suas tradições e costumes, que se mesclaram com as culturas já presentes na região, como a gaúcha, a argentina e a uruguaia (ALVARES, 2017). Esse intercâmbio cultural resultou na formação de uma cultura híbrida, rica em tradições e costumes, que é uma das características marcantes da Fronteira da Paz. Os imigrantes árabes que se estabeleceram na região fundaram lojas e empresas que se tornaram importantes para a economia local. Além disso, também participaram ativamente da vida política e social da região, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária (YAZBEK, 2006).

A presença dos imigrantes árabes na região também contribuiu para a diversidade cultural da região. A cultura árabe é rica em tradições e costumes que foram incorporados à cultura local, tornando a região ainda mais diversa e multicultural (JÚNIOR, 2004; ALVARES, 2017). No âmbito do comércio, é importante ressaltar que a cultura árabe valoriza muito a negociação e a barganha, e isso se reflete nas rotinas negociais praticadas pelos imigrantes árabes

na Fronteira da Paz. Esses comerciantes desenvolveram habilidades em negociação e estabeleceram relações de confiança com seus clientes, o que contribuiu para o crescimento de seus negócios. Os imigrantes árabes também trouxeram consigo produtos de seus países de origem, como tapetes, especiarias, roupas e objetos de decoração, que se tornaram populares na região (FERES JÚNIOR, 2004). Esses produtos eram/são vendidos em lojas que se tornaram referências no comércio da Fronteira da Paz, atraindo clientes não só das cidades vizinhas, mas também de outras regiões do país.

Júnior (2004) ainda resalta que, atualmente, o comércio na Fronteira da Paz é uma atividade importante para a economia local, com muitos produtos sendo importados e exportados entre o Brasil e o Uruguai. A região é conhecida por seus *free-shops*, onde os turistas podem comprar produtos com isenção de impostos, e por suas lojas que oferecem produtos importados e artesanatos locais. Devido à presença expressiva de árabes que estão envolvidos nas atividades comerciais da região, percebe-se de forma direta suas contribuições para o desenvolvimento da Fronteira da Paz.

Em Santana do Livramento/BR, foram identificados 76 empreendimentos de origem árabe, que se subdividem em atividades de comércio e serviços. Desse total, 66 estabelecimen-

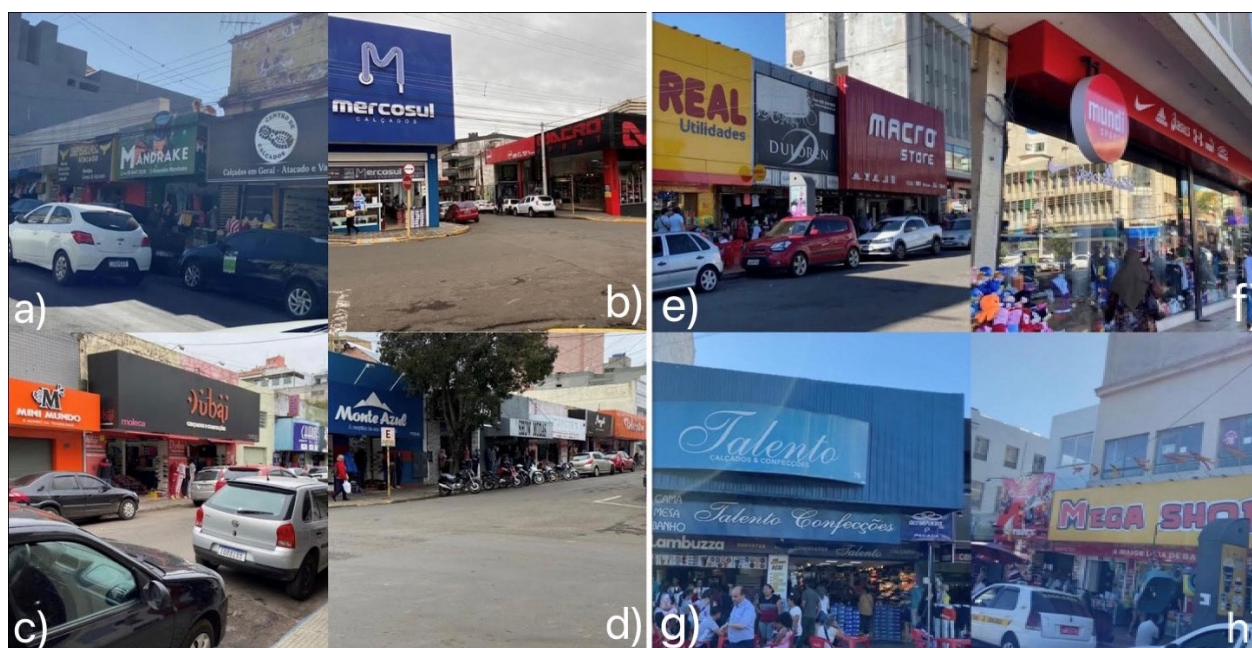
tos atuam no setor do comércio e dez estabelecimentos atuam no setor de serviços. As principais atividades desenvolvidas pelos imigrantes árabes no comércio de Santana do Livramento estão relacionadas com a venda de roupas, calçados, bazar/acessórios/bijuterias e variedades em geral. Já no que diz respeito aos empreendimentos restantes que atuam no setor de serviços, destacam-se seis estabelecimentos, sendo eles três restaurantes e três hotéis. Além disso, os imigrantes árabes também atuam como proprietários de, respectivamente, um supermercado, um jornal/TV, um consultório odontológico e um estacionamento (AHMAD; TROIAN 2022).

Em Rivera/UY, foram identificados 21 estabelecimentos comerciais e um hotel sob a

gestão de imigrantes de origem árabe. Os estabelecimentos comerciais se subdividem em lojas de aparelhos eletrônicos, lojas de roupas, roupas e calçados e *free-shops*. Desse total, cinco empreendimentos trabalham com vendas de roupas, um com venda apenas de aparelhos eletrônicos, um com venda de roupas e calçados e 15 são *free-shops*, nos quais trabalham com a venda de variados produtos. Alguns dos principais empreendimentos pertencentes aos árabes localizados em Santana do Livramento (RS) podem ser observados nas Figura 2.

As imagens capturadas nos quadrantes (a, b e c) da Figura 2 (lado esquerdo) ilustram a concentração dos comércios árabes na Rua Rivadavia Corrêa, já a imagem d mostra a concentração dos

Figura 2 – Estabelecimentos comerciais sob gestão de imigrantes árabes nas ruas Rivadavia Corrêa, Vasco Alves e Largo Hugolino Andrade no centro de Santana do Livramento (RS)



Fonte: Autoras (2023)

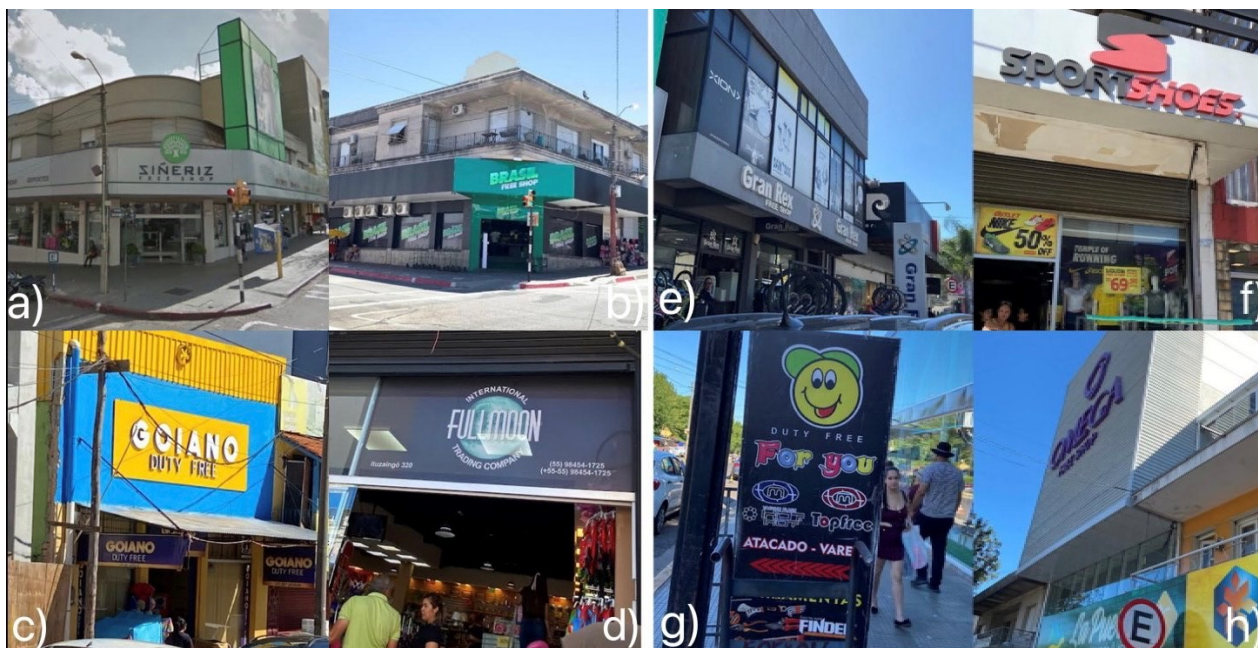
comércios na Rua Vasco Alves, ambas vias localizadas em Santana do Livramento. Os comércios de gestão árabe estabelecidos na Rua Largo Hugolino também podem ser observados na figura 2 (lado direito) nos quadrantes (e, f, g e h). Os *free-shops*/lojas de Rivera pertencentes aos imigrantes de origem árabes são apresentados na Figura 3.

Em especial, as imagens capturadas nos quadrantes (a e b) da Figura 3 (lado esquerdo) apresentam alguns dos estabelecimentos do tipo *free-shops* sob gestão de imigrantes árabes na Avenida Sarandí e as imagens capturadas nos quadrantes (c e d) mostram uma loja e mais um *free-shop* árabe na Rua Ituzaingó. Já as imagens

capturadas nos quadrantes (e e f) da figura 3 (lado direito) ilustram os empreendimentos das ruas Don Pedro Ceballos. Os quadrantes (g e h) apresentam mais dois *free-shops* sob gestão de imigrantes árabes na rua Blv. 33 Orientales. Ambas vias mencionadas estão localizadas no centro de Rivera.

Segundo estudo realizado por Ahmad (2021), os imigrantes árabes desempenham papel socioeconômico importante na Fronteira da Paz, sobretudo através da geração de emprego. Em Santana do Livramento, foi registrado que em 2021, através do comércio e da prestação de serviços, os árabes geraram 472 postos de trabalhos para a população local. Devi-

Figura 3 - Estabelecimentos comerciais sob gestão de imigrantes árabes nas ruas avenidas Sarandí, Ituzaingó, Don Pedro Ceballos e Blv. 33 Orientales, no centro de Rivera (UY)



Fonte: Autoras (2023)

do a Fronteira da Paz ser uma região em depressão, especialmente após o fechamento dos frigoríficos – que eram responsáveis pela geração de empregos na região – o papel do comércio na geração de empregos para a sociedade local tem ganhado maior destaque e, por isto, infere-se que contribuem sobremaneira o processo de desenvolvimento da região.

Ahmad (2021) também identificou que os árabes contribuem regionalmente para a constituição de renda, a partir dos investimentos realizados no município, pelos impostos pagos pelos proprietários dos estabelecimentos e pela atração de turistas na fronteira através do comércio. Em avaliação sobre a percepção dos comerciantes árabes sobre suas contribuições para o desenvolvimento da Fronteira da Paz, Ahmad (2021) revela que estes acreditam que através de seu crescimento estão refletindo de forma direta e positiva na sociedade local.

Em suma, devido suas especificidades, seja em relação a posição geográfica, a característica de zona franca ou aos acordos de integração e irmanação, a Fronteira da Paz tem se configurado como espaço de oportunidades para o comércio de origem árabe. Através do seu envolvimento com as atividades comerciais, tanto em Santana do Livramento quanto em Rivera, percebe-se que os empreendimentos árabes são determinantes para o processo de desenvolvi-

mento local das cidades gêmeas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As particularidades das fronteiras que integram diferentes países são escopo de desenvolvimento regional, tornam-nas zonas natas de integração binacional, especialmente através da livre circulação de bens, serviços e mercadorias. Dentre as regiões de fronteiras dos países membros do MERCOSUL que permitem o livre comércio, destaca-se a Fronteira da Paz, localizada entre o Brasil e o Uruguai, formada pelas cidades de Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY).

A região é favorecida por sua característica de zona franca. As atividades relacionadas ao comércio têm apresentado importante contribuição para a ascensão e consolidação local desde o início do capitalismo comercial, no século XV. Contudo, até o século XX, a economia da Fronteira da Paz teve sua voltada às atividades relacionadas à pecuária, tendo sido destaque nas produções de lã e arroz, além das atividades relacionadas às charqueadas. Com as atividades das charqueadas enfraquecidas a partir de 1850, houve a migração de inúmeros escravos que estavam envolvidos com charqueadas, deixando a região para migrarem para o centro do Brasil. Mais tarde, foram estabelecidos frigoríficos na cidade de Santana do Livramento, tornando

possível a produção de carnes através de um modelo industrial. Enquanto estavam em funcionamento, os frigoríficos foram responsáveis pelo progresso econômico da Fronteira da Paz, principalmente através da geração de empregos.

No entanto, o final dos anos de 1990 foi marcado pelo fechamento dos frigoríficos. Em decorrência das transformações produtivas percebidas na região, os setores de serviços e de comércio passaram a desempenhar relativo protagonismo frente ao processo de desenvolvimento da Fronteira da Paz, seja pela geração de novas oportunidades de trabalho e/ou renda.

Em suma, as oportunidades de livre comércio que as fronteiras tem sido um atrativo para imigrantes de diversas regiões e, no caso da Fronteira da Paz, os árabes têm se envolvido com as atividades comerciais. As atividades exercidas no ramo do comércio pelos imigrantes árabes inicialmente deram-se através da mascataria. Atualmente, através de suas lojas físicas, o comércio de origem árabe tem contribuído para o processo de desenvolvimento da Fronteira da Paz através da geração de renda, melhores oportunidades de vida e, também, através dos investimentos locais que realizam na região. A rede de estabelecimentos gerenciados por imigrantes árabes contribui para a atração de turistas, tanto por parte de seus *free-shops* do lado uruguaio da fronteira quanto pelos comércios no lado bra-

sileiro, aquecendo, de tal forma, a economia local.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. A. Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, **Editora FGV**. 2001. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/dicionario>. Acesso em: 08 abr. 2023.
- AHMAD, S. M. K. S. **O papel dos empreendimentos comerciais árabes no processo de desenvolvimento de Santana do Livramento**. 2021. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2021.
- AHMAD, S. M. K. S.; TROIAN, A.; MACIEL, M. D. A. (2023). “Patrícios”: comércio e desenvolvimento na Fronteira da Paz. **Contribuciones a las ciencias sociales**, v. 16, n. 8, p. 12997–13016, 2023.
- AHMAD, S. M. K. S.; TROIAN, A. O comércio imigrante no processo de desenvolvimento: contribuições dos empreendimentos árabes em Sant’ana do Livramento/RS. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.] v. 20, n. 58, 2022.

- AGUIAR, J. L.; MEDEIROS, R. V. Reforma Agrária em Santana do Livramento/RS R: uma abordagem através dos sistemas agrários. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 5, n. 10, 2010.
- AIKES, S. RIZZOTTO, M. L. F. Integração regional em cidades gêmeas do Paraná, Brasil, no âmbito da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.] v. 34, n. 8, p. 1-11, 2018.
- AIKES, S.; RIZZOTTO, M. L. F. A saúde em região de fronteira: o que dizem os documentos do Mercosul e Unasul. **Saúde Sociedade**. São Paulo, v. 29, n. 2, 2020.
- ALBORNOZ, V. M. Armour: uma aposta no pampa. Livramento. **Editora Aurora**, 2000.
- ALMEIDA, A. R. **As Fronteiras do Brasil**: Fluxos comerciais transfronteiriços nas cidades conectadas por pontes binacionais. 2019. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) Universidade Federal do Amapá, 2019.
- ALMEIDA, R. B. F.; COSTA, E. A.; MARIANI, M. A. P.; BENEDETTI, A. G. Turismo nas cidades gêmeas de fronteira e as possibilidades da Lei 12.723/2012. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.10, n.3, 2017.
- ALVARES, G. **Presença árabe muçulmana na fronteira** - O caso da cidade de Guaíra. 2017. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2017.
- ALVAREZ, M. C; SALLA, F. Estado-nação, fronteiras, margens: redesenhando os espaços fronteiriços no Brasil contemporâneo. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 9-26, 2013.
- ALVES, A. M. **Desenvolvimento Socioeconômico de Santana do Livramento**: Uma análise de indicadores. 2018. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2018.
- ALVES, C. N.; CADONÁ, M. A. Imigração árabe e comércio de fronteira: uma análise da influência da cultura nas atividades comerciais desenvolvidas por imigrantes e descendentes de imigrantes árabes na fronteira entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). **Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 3, p. 63-89, 2015.
- APRIGIO, A. Paradiplomacia e interdependência: as cidades como atores internacionais. Rio de Janeiro:

Gramma, 2016.

ASSUMPÇÃO, M. B. **A Fronteira Geminada de Santana do Livramento-Rivera como Marco das Conexões Políticas Regionais e Internacionais: repressão e resistência em Áreas de Interesse da Segurança Nacional (1964-1973)** 2014. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BANZATTO, A. P. A. As interconexões entre o global e o local: governos subnacionais nas Relações Internacionais. Estudos Internacionais. **Revista de Relações Internacionais**. Belo Horizonte, v.4 n.1, nov. 2016, p.7 – 25.

BENTANCOR, G; CAIRELLO, J; REYS, R; BOTTINO, R; PINTOS, N; Rivera-Livramento. De la integración de hecho a la integración real. **Ed. G.R.I.** Grupo de investigación de Rivera, Uruguai, 1989.

BRICEÑO-RUIZ, J. O Auge e a Crise do “Novo Mercosul” no Período Pós-Hegemónico (2003-2016). Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, [S. l.] v. 112, p. 55-86, 2021.

CAGGIANI, I. **Sant’Ana do Livramento: 150 anos de história. I Volume.** Sant’Ana do Livramento, ASPES,

1983.

CÂMARA, A. R. T. **A Un paso de la frontera: dinámicas fronterizas e migratorias em localidades situadas junto à fronteira Brasil-Uruguai e aikes Brasil-Venezuela.** 2020. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas) Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

CHRISTILLINO, L. C. **Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880).** 2010. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

COLACRAI, M; ZUBELZÚ, G. Las vinculaciones externas y la capacidad de gestión internacional desplegadas por las provincias argentinas en la última década. Una lectura desde las Relaciones Internacionales. Buenos Aires: **Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales, Comité de Estudios sobre las Provincias en el Plano Internacional**, 2004.

DGDMA. Dirección General de Desarrollo y Medio Ambiente. **Economía**. 2017. Disponível em: <https://www.rivera.gub.uy/portal/produccion/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Resumo estatístico**, 2018. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfilsocioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Santana+do+Livramento>. Acesso em: 15 abr. 2023.

FERES JÚNIOR. A cultura árabe na contemporaneidade. **Revista USP**, São Paulo, n. 63, p. 210-219, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/22145>. Acesso em: 10 mar. 2023.

FORTUNATO, P. **Aspectos gerais de Livramento**. Porto Alegre: Livraria Continente. 1943.

GOULART, S; MISOCZKY, M C; FLORES, R. K. Contradições e Dinâmicas Sociais e Econômicas na Fronteira da Paz. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.] n. 38, 2017.

GRÄF, C. O.; AZEVEDO, A. F. Z. Comércio bilateral entre os países membros do Mercosul: uma visão do bloco através do modelo gravitacional. **Economia Aplicada**, [S. l.] v. 17, n. 1, p.135-158, 2013.

HEYDT, D. C. **Formação econômica de Santana do Livramento**: Análise pecuária do eixo estrutural.

2019. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama – População**, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santana-do-livramento/panorama>. Acesso em: 04 abr. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Municípios da Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas**, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html>. Acesso em: 14 abr. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama – Trabalho e Rendimento**, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santana-do-livramento/panorama>. Acesso em: 04 abr. 2023.

IDR. Intendência Departamental de Rivera. **Producción**. 2017. Disponível em: <https://www.rivera.gub.uy/medioambiente/informacion/economia/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

JARDIM, D. F. **Palestinos no extremo-Sul do Brasil**: identidade étnica e os mecanismos sociais de

produção da etnicidade. 2000. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

KEATING, M. **Regions and international affairs: motives, opportunities and strategies.** In: ALDECOA, F.; KEATING, M. *Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments.* London: Frank Cass, 1999.

LADO, V. S. **Capital social e a fronteira da paz:** análise comparativa entre o orçamento participativo de Sant'ana do Livramento (Brasil) e o presupuesto participativo de Rivera (Uruguai). 2016. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

LE MOS, B. O. **A região transfronteiriça Sant'ana do Livramento-Rivera:** cenários contemporâneos de integração/cooperação. 2010. Monografia (Graduação em Geografia) Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Rio Grande do Sul, 2010.

LE MOS, B. O; RÜCKERT, A. A. A Nova Agenda para Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço entre Brasil e Uruguai: repercussões territoriais nas cidades-gêmeas de Sant'Ana do Livramento e Rivera. **Revista Política e Planejamento Regional**

(PPR), Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 138-158, jan./jun. 2014.

MACIEL, M. D. A. **Desenvolvimento sustentável e as práticas inovadoras da agricultura familiar: o caso de Santana do Livramento/RS.** 2022. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Administração) Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2022.

MARIANO, K. L. P. Três Décadas De Mercosul: Institucionalidade, Capacidade Estatal E Baixa Intensidade Da Integração. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, [S. l.] v. 112, p.147-179, 2021.

MANNING, E. LUSO, J. **The United States of Brazil.** Its History, People, Commerce, Industries and Resources, London: The South America Intelligence Co., 1919.

MARQUETTO, R. M.F; BECKER, E. L. S. B. Territorialização e desenvolvimento regional na Fronteira da Paz na perspectiva da uva e do vinho. **Ateliê Geográfico.** Goiânia, v. 9, n. 2, p.77-98, 2015.

MENEGHEL, S. N. et. al. Feminicídios em municípios de fronteira no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 493-502, 2022.

MERCOSUL. Cartilha do cidadão do MERCOSUL.

Compilação de normas relacionadas com o cidadão do MERCOSUL. Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul, 2010.

MESQUITA, A.; GABRIEL, V. **Grupo de alto nível Brasil-Uruguai** (GAN), 2016.

MIYAZAKI, S. Y. M. Regionalismo no Pacífico Asiático: integração econômica orientada pelo comércio externo. **Revista de Economia Política**, São Paulo. v. 16, n. 61, p. 137-151, 1996.

MÜLLER, K. M. Inserções de Árabes-Palestinos na Fronteira e na mídia impressa local. In: Congresso brasileiro de ciências da comunicação, 27., 2004, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Intercom, 2004. Disponível em: Acesso em: 12 abr. 2023.

OPP. Oficina de Planeamento y Presupuesto. **Indicadores.** 2020. Disponível em: https://otu.opp.gub.uy/filtros/resultados_engine. Acesso em 15 abr. 2023.

PAIXÃO, R.O. **Turismo na Fronteira, identidade e planejamento de uma região.** Série Fontes Novas. Ed. UFMS, Campo Grande-MS, 2006.

PATARRA, N. (coord). **Migrações Internacionais:**

Herança XX, Agenda XXI, FNUAP, 1997.

PELLEGRINO, A. Presentación. In: PELLEGRINO, A. (compiladora). **Migración e Integración** – nuevas formas de movilidad de la población. Ediciones, Trilce, Uruguai, 1995.

POTOKO, C. A. **Sant'Ana do Livramento: 1823.** Fundação Biblioteca Nacional, 2013.

PUCCI, A. S. **O estatuto da fronteira Brasil-Uruguai.** Brasília: Funag, 2010.

RABOSSI, F. Árabes e muçulmanos em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este: notas para uma reinterpretação. In: SEYFERTH, G.; PÓVOA, H.; ZANINI, M. C.; SANTOS, M. (Org.). **Mundos em Movimento: Ensaio sobre migrações.** Santa Maria: **Editora da UFSM**, 2007.

SANTOS, A. C. A.; LUCCAS, V. N.; MIYAZAKI, S. Y. M. **Integração Econômica Regional.** São Paulo: **Editora Saraiva**, 2013.

SCHÄFFER, N. O. **Urbanização na fronteira:** a expansão de Sant'Ana do Livramento/ RS. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

SCHIMANSKI, S. et. al. Cidades-irmãs: ações desenvolvidas sob o amparo da irmandade internacional entre os municípios de Pelotas-Suzu. **Revista ELO** –

Diálogos Em Extensão, n. 11, 2022.

SEBRAE - **Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. Perfil Cidades Gaúchas. 21slides. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Per-fil_Cidades_GauchasSantana_do_Livramento.pdf. Acesso em: 04 abr. de 2023.

SEITENFUS, R. Considerações sobre o Mercosul. Estudos Avançados. **Dossiê América Latina**, São Paulo, v. 6, n. 16, p. 117-131, 1992.

SILVA, B. P; ADÃO, S. A. R. C. **A influência do Frigorífico Armour no desenvolvimento socioeconômico de Santana do Livramento**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração) Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2018.

SILVA, M. N. **Frigorífico do Armour: poder e influência em Sant'Anna do Livramento**. Ijuí: UNIJUÍ. 2014.

TEIXEIRA, L. C. **A zona franca de Manaus: evolução e resultados**. 2013. Monografia (Curso de Economia) Universidade Federal do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

TRUZZI, Oswaldo. Patrícios: **Sírios e Libaneses em**

São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1997.

US. Uruguai Statistic. **Rivera, Uruguai população, demografia, e previsão até 2100**. Disponível em: <https://pt.zhujiworld.com/uy/1828187-rivera/>. Acesso em 15 abr. de 2023.

YAZBEK, Neusa Maria Mendes. A imigração árabe no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 44, p. 63-92, 2006.

NOTAS

¹ O MERCOSUL é considerado uma união aduaneira imperfeita porque não instituiu uma zona de livre circulação de mercadorias plena entre os seus membros.

² As cidades gêmeas têm como característica a forte interação econômica e cultural. Nessas regiões, as circulações transfronteiriças se dão através das relações de trabalho, estudo, consumo e acesso aos serviços públicos (saúde e educação) (AIKES; RIZZOTTO, 2018).

³ A lei de Eusébio de Queirós de setembro de 1850 proibia a importação de escravos.

⁴ A expressão “Fronteira da Paz” é uma denominação popular para a conurbação fronteiriça. A denominação se deu como resultado da cultura de integração surgida da convi internacional pacífico entre Santana do Livramento-BR e Rivera-UY.